

---

CINGAPURA – Sessões do GAC (manhã)  
Terça-feira, 10 de fevereiro de 2015 – 9h às 12h  
ICANN – Cingapura, Cingapura

CHAIR SCHNEIDER: Bom dia. Bem-vindos de novos, espero que tenham tido um dia livre, mas bem interativo ontem falando com outras pessoas, com o resto da comunidade.

Agora estamos outra vez aqui no (GAC) e devemos tentar em nível muito geral e não entrarmos em detalhes ver onde nós nos encontramos quanto ao (communique) [00:18:42.16] e é uma coisa nova essa que estamos tentando fazer, vamos ver se dá certo, se podemos adaptar isso para as próximas reuniões de acordo com a experiência. Vou parar por aqui então vou passar o microfone para o (Tom).

TOM DALE: Bom dia a todos, bem-vindos aqui à reunião do (GAC). Circulei uma primeira minuta do (communique) do (GAC) pelo e-mail ontem à noite e agora estamos aqui distribuindo uma cópia em papel e essa não é uma sessão para redigir o (communique) [00:19:28.02], como disse (Schneider), mas é apenas uma indicação com diferentes sugestões para o (communique) [00:19:39.03]. E essa sessão é para tentar obtermos (feedback) [00:19:46.19] de vocês sobre os cabeçalhos e as suas diferentes sugestões. Há uma série de sessões muito importantes entre hoje e amanhã e isso deve ficar refletido à medida em que formos trabalhando.

---

**Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.**

---

Eu vou explicar rapidamente a estrutura desse documento, introdução, o preambulo normal de sempre sobre novos membros, também a lista de diferentes pontos sobre atividades entre os diferentes grupos e o engajamento com a comunidade. Nem todos aqui têm o documento, então vamos publica-lo, mostra-lo aqui na tela.

O que nós queremos é fornecer mais detalhes depois da reunião com o (board) [00:20:59.16], mas isso não vai ser antes da quarta-feira de manhã. Quanto ao grupo de consulta (GAC)/(GNSO), há um texto sobre a decisão alcançada pelo (GAC) sobre o comitê (quick-look) [00:21:21.00]. Isso foi discutido no domingo, há um texto preparado pelo secretariado e quanto à reunião com (ccNSO), então isso ainda não aconteceu, vai ser mais tarde hoje de manhã, mas o texto simplesmente tenta antecipar os principais pontos a serem cobertos e há um parágrafo breve sobre o grupo de liderança (ALAC) que, pelo que vocês lembram, ficou aberto para os membros do (GAC) no domingo, também assuntos internos sobre novos membros, princípios operacionais, isso apenas é um cabeçalho, vamos continuar debatendo essa questão. Também um texto muito básico que a gente não vai ver hoje de manhã sobre a transição da supervisão da (IANA) e também a prestação de contas da (ICANN), mas é apenas muito básico. Também do (board) [00:22:29.15] estamos esperando um pouco de informação e assessoria sobre salvaguardas, isso é antes de amanhã. Também texto que reflete o debatido pelo (GAC) sobre proteção de (IGOs) e também sobre nomes com o (Crescente Vermelho), (Cruz Vermelha), acrônimos e também há uma menção sobre o enviado pela (Noruega) domingo, sobre o grupo de marco de interpretação. Também estamos esperando incluir outros cabeçalhos depois das reuniões do (GAC) e de termos mais debates



---

sobre prestação de contas e transparência e também a participação no comitê de nomeação amanhã, proteção de nomes geográficos também na oficina de amanhã, (WHOIS) também, que isso será hoje, nomes de 2 caracteres e nomes de países, isso será debatido hoje. Também direito internacional e direitos humanos. Então temos esses cabeçalhos, uma explicação breve, vamos obter sugestões sobre estrutura, a estrutura do (communique) [00:24:00.17], o formato e também qualquer outro texto que o presidente tem solicitado pessoal como sugestão.

Então passamos agora para (Schneider).

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Perguntas?

Pede a palavra a (Indonésia), a (Noruega) e (Egito).

INDONÉSIA:

Depois disso que você mencionou sobre a interação entre o (GAC) e outros, acho que esse não foi um dia livre para o (GAC), foi um dia de muito trabalho para nós. E houve vários grupos que dizem que a questão da (ICANN) e a (ITU) já foi debatida, ainda devemos ter novos acordos e parece que há membros aqui do (GAC) que também participam do conselho (ITU) e representam seus países, então não sei se é possível que o (GAC), durante uma meia hora aproximadamente, possamos ter uma reunião informativa para debater um pouco entre (ICANN) e o (ITU) e muitos de nós vamos ter que preparar algum tipo de contribuição da parte da (ITU). Meia hora ou 1 hora, isso seria muito útil para todos nós.



---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Indonésia). Essa é uma ideia interessante, porque isso seria cada vez mais pessoas que desejam seguir, e isso é um desafio, sim, enquanto há tempo. Mas vamos ver o que podemos fazer também com a equipe de liderança como poderíamos incluir isso. Muito obrigado.

NORUEGA: Bom dia. Muito obrigada. Só queria comentar sobre a transição da supervisão da (IANA). Esse é um processo e eu já tive uma conversa com a (Lise), temos 21 dias para esse processo de comentários públicos e depois isso vai ser publicado novamente para as diferentes organizações constituintes e ainda precisamos de consenso e eu não sei se isso vai significar alguma alteração para o texto, mas fica claro para o (GAC) que são 2 períodos de 21 dias e não é apenas os 21 dias de comentários públicos, mas vamos fornecer o texto. Quero que o (GAC) saiba que são 2 períodos de 21 dias para realizar isso.

CHAIR SCHNEIDER: Muito bom. Vamos ver se também conseguimos sair de férias com a família, 3 semanas. Mas muito obrigado por esclarecer essa situação.

TOM DALE: Para responder (Elise), o (GAC) pediu ao secretariado semana passada, não me lembro exatamente, e o (GAC) solicitou ao secretariado preparar um prazo específico, um cronograma para o (GAC) explicando os diferentes períodos quanto ao grupo de (accountability) [00:27:56.17] e do período de transição para a (IANA) e estamos



---

criando, desenhando algum tipo de oportunidade para o (GAC) dentro desse grande cronograma. Temos como foi confundido entre os grupos de trabalho e como também nos lembrou (Elise), temos 2 períodos e vamos tentar preparara esse cronograma levando em toda todas essas variáveis.

EGITO: Obrigada, (Tom) e (Thomas). Essa não é uma sessão de minutas para redigir a minuta, eu sei. Depois eu vou aprimorar o texto e observar um pouco mais. Eu quero destacar apenas que eu vou tentar adicionar uma sentença e isso vai ficar bem destacado sobre uma assessoria do (GAC) sobre a questão que estamos discutindo aqui. Então se isso for ok, vou enviar o texto daqui a pouco.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. (Rússia) agora.

RÚSSIA: Eu devo fazer uma declaração, preparem os fones de ouvido, vou falar em russo.

Gostaríamos de fazer uma declaração e destacar uma decisão recentemente feita por um registro dos (Estados Unidos).

Houve uma notificação para registrastes em uma certa região geográfica sobre determinação de contas, cancelamento de domínios, revogação de nomes de domínio a partir de 31 de janeiro e o registro ofereceu uma explicação de restrições comerciais para certas regiões.



---

E também quero destacar que a (Rússia) sempre esteve contra qualquer tipo de sanção utilizada na área de informação e comunicação tecnológica, especialmente no que tem a ver com internet, especialmente quando são impostas para os internautas. Isso deveria ser uma restrição para os direitos humanos universais, receber então informação, ideias, independentemente das fronteiras, isso é uma violação à declaração dos direitos humanos, ao artigo 19 e também violação dos princípios e o espírito do (WSIS), que é a cúpula mundial sobre a informação da sociedade da informação em relação com o uso da (ICT) e também em relação à violação à agenda de (Tunes) para a sociedade de informação.

Também observar que esse incidente destaca a situação geral da governança da internet, especialmente do governo que utiliza medidas unilaterais para discriminar usuários de internet em certas regiões geográficas. Também o mesmo governo tem oportunidade de controlar nomes de domínio, e essas restrições prejudicam os princípios do modelo multisetorial e seus valores. Também a confiança é um espaço aberto interconectado está desacreditando a evolução de uma internet eficaz e mecanismos de governança eficazes criando uma ameaça séria para a fragmentação.

Então a (Federação Russa) propõe que todas as partes, todos os países não façam nenhuma tentativa de bloquear a internet, inclusive o bloqueio de nomes de domínio com motivação política. Para mim, esse problema destaca um potencial para posteriores dificuldades, e devemos entender agora que se esse modelo multisetorial vai demonstrar ser um modelo viável e que possa proteger os valores que nós estamos proclamando.



---

Segundo, nós aqui observamos o vazio existente na área de governança da internet, porque acreditamos que essa questão é especialmente importante e que foi esquecida e não há menção nenhuma dentro do (communique) [00:33:27.29] do (GAC) a respeito disso.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado, (Rússia). Tomamos nota do que você mencionou. (Peru).

PERU: Eu não vou comentar sobre o comentário da (Rússia), mas sobre o que comentou a (Indonésia) sobre o (ITU) e também estou interessado nessa reunião informativa. Então, se não tivermos tempo para essa reunião, talvez o secretariado possa entrar alguma informação ou enviar por e-mail, e precisamos dessa informação para preparar a posição de cada país na reunião da (ITU).

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado, (Peru), já tomamos nota disso. (Indonésia).

INDONÉSIA: Obrigado.

Eu falei com alguns membros do (CCWG) que seguiram de fato as discussões entre (ITU) e (GAC) e também gostaríamos de ter uma cópia disso, mas o problema é que no relatório mensal, a discussão (ITU)/(ICANN) foi descrita, mas não em um relatório, mas em muitos relatórios mensais, então acho que seria útil se o secretariado pudesse



---

preparar algum sumário disso e outra coisa que poderia ser feita sobre esse ponto, sobre (ICANN) e (ITU) é fazer um relatório separado.

Segundo, sobre o comentário da (Rússia) sobre a importância da discussão que nós tivemos sábado e domingo sobre as jurisdições da (ICANN), (IANA) e o órgão legal que vai substituir a (NTIA) e é por isso que eu queria destacar a importância disso.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, (Indonésia). Eu conheço suas propostas e entendo bem sua proposta sobre fornecer uns (papers) [00:36:10.11] que nos ajudem as delegações a coordenar esse trabalho sobre assuntos relevantes entre (ICANN) e a (ITU). E aqui temos mais 1 representante que pede a palavra, a (Colômbia).

COLOMBIA:

De acordo com o que disse a (Indonésia) sobre a governança da internet, ontem na reunião o grupo disse que seus setores constituintes incluem membros e outras organizações de apoio e que para eles é muito importante ter pelo menos 2 membros do (GAC) que sigam esse grupo de coordenação para a governança da internet. E como disseram (Indonésia) e (Peru), é muito importante que isso seja debatido em diferentes reuniões do mundo e também é muito importante que os governos estejam bem informados e que participem de maneira correta ou apropriada. Eu sugiro ao (board) [00:37:30.06] do (GAC) que considere procurar pessoas que possam acompanhar esse processo do (CCWG IF).





---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Colômbia). Recebemos um convite, de fato, recentemente do grupo de trabalho intercomunitário da governança de internet e aqui temos muitas questões envolvidas, então agradeço muito por essa informação.

Então, se não houver nenhuma outra solicitação aqui, vou passar para o seguinte ponto da agenda, que é o nome de país no segundo nível. Nós temos aqui uma liderança, que é (Espanha), que (Gema) vai fazer uma curta apresentação.

ESPAÑA: Bom dia. Obrigada, (Thomas).

Eu preparei alguns (slides) para apresentar o assunto, será que o secretário pode carregar, por favor, a apresentação?

É com informação a algumas provisões para as novas (gTLDs) de proteção com nomes de significância nacional ou geográfica de segundo nível e também tem esse guia do solicitante, tem provisões ou cláusulas para que os operadores de registro adotem medidas para reservar nomes de territórios e de países no segundo nível, e isso estava na minuta da proposta. O acordo ou contrato de registros para as novas (gTLDs), e eu fiz parte desta equipe, contei uma clausula 2.6 e um anexo quanto a nomes reservados. Quanto aos nomes de território e de país, a especificação 5 especifica os tipos de nomes de países e territórios que devem ser reservados nesse segundo nível. No segundo e em todos os níveis diz os nomes são a forma resumida de nomes de países e territórios na lista da (ISO) que é atualizada periodicamente inclui a (União Europeia), então uma lista de nomes de países do mundo de



---

acordo com o manual de inferência técnica para padronização de nomes geográficos das (Nações Unidas). E também há uma lista de estados membros das (Nações Unidas) nos 6 idiomas oficiais das (Nações Unidas). Isso significa que apenas nomes de países são protegidos sob essas cláusulas. Nomes de outros territórios, sub-regiões dentro de países não estão protegidos. Isso significa que esses nomes só podem ser habilitados se operador do registro entrar em acordo com os governos. Mas também leva em conta que o operador do registro pode habilitar essas reservas, mas isso deve estar sujeito ao comitê consultivo governamental da (ICANN) no (GAC) e aprovação pelo (GAC).

Então o que os registros querem? Eles querem usar o segundo procedimento da especificação 5, isso é, um procedimento aprovado pela (ICANN) através do qual não precisam pedir permissão de cada governo para usar o nome do país em questão.

Quantas requisições foram feitas até agora? Geralmente foram nomes de empresas, nomes de marca e nomes que pertencem a registros que têm a especificação 13 no contrato de registro quando há esse anexo, essa especificação 13, isso significa que o registro pode ter o uso exclusivo dessa (TLD). E é obrigado ao usá-lo de forma exclusiva. Só pode usar esse nome para propósitos da empresa, não pode ser aberto a todos. Então os nomes que são (BMW), (Mini), (NeuStar), (Spiegel), (Allfinanz), (FLS Schmitz), (Honda), a maioria das (TLDs) tem especificação 13, com exceção (Berlim) e (Hamburgo), porque são nomes geográficos e comunitários. E tudo que diz (Allfinanz) [00:44:39.29] é um nome de marca, mas não tem especificação 13. Todos esses estão em suspense, porque o (GAC) solicitou a suspensão



---

do procedimento para liberação do uso de nomes de país até que se possa discutir esse tema na reunião de (Cingapura).

O que o (GAC) disse antes em relação a isso? A única referência que eu encontrei foi no (communique) [00:45:16.08] da reunião de (Cingapura) em março de 2013 em que o (GAC) conversou com o grupo de registro de marcas em que os registros queriam usar nomes de marcas e o (GAC) na época disse que não tínhamos grande preocupação de que os proprietários de marcas buscassem aprovação para esses nomes e deveriam ser acordados diretamente com os países envolvidos em vez de através do (GAC). Havia uma sugestão então estabelecendo um registro de países que não demandam requisitos individuais.

Resumindo, quais são as razões de desacordo? Alguns países acham que essa reserva deve permanecer para preservar a significância geográfica dos nomes de país por várias razões, como prevenir o abuso, (inint) [00:46:57.23] em especulação com nome e confusão com conteúdo relacionado ao país. E porque, diferente do (.com) e (.net), (.org) e muitas outras (TLDs) relacionadas, então o consumidor pode tentar encontrar informações confiáveis no setor de país através dos (TLDs). Outros países acham que não deve haver uma reserva, porque os nomes de país não são excluídos em seu registro com marcas registradas pelo direito internacional e pode haver marcas registradas em países associados ao nome do país.

E as (TLDs), o registro de nomes de países é uma prática corrente hoje e pode haver várias alternativas, então eu vou mostrar algumas. Uma delas pode ser liberar o uso de nomes de países de territórios se o governo relevante não fez nenhum comentário ou não se opôs por um



---

período longo de comentários dado pela (ICANN) e o (GAC) já fez uma recomendação e há um período de comentários.

No caso do governo ter objeção ao uso do nome do país no segundo nível, a (ICANN) não autorizaria a liberação do nome. Mas o que fazer com nomes de países que não são parte do (GAC) quando inicia o período de comentários? Poderiam ser proibidos de registro e sua reserva deve permanecer. E se depois de período de comentários terminar, não for recebido nenhum comentário daquele país? Uma segunda alternativa seria demandar em todos os casos, independentemente das (TLDs), marcas da comunidade ou genérico, o país relevante acordaria com o uso do nome do seu país uma forma de facilitar isso seria estabelecer um registo de países que não tem requerimentos individuais. Uma solução poderia ser combinar a solução anterior com a liberação do uso de nomes de territórios e países em (TLDs) de marcas e que seriam de uso exclusivo da empresa.

A solução que eu apresento é muito semelhante ao que foi apresentada antes, então que seria o uso de nomes com 2 letras. Nomes de países que não fazem parte do (GAC) permanecem reservados se não houver comentário e depois do período de comentários públicos. Outro problema é que soltamos o período de comentário maior que 30 dias. E se o governo tiver alguma objeção, essa objeção será respeitada.

A segunda solução é oposta, é manter a reserva como está hoje e como está estabelecido na especificação 5, que eu li anteriormente.

E a terceira seria uma combinação dessas 2 para as (gTLDs) de marca.



---

Talvez haja outras soluções, foram essas as que eu pensei, então eu passo essas propostas para discussão. Obrigada.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Desculpe com o problema das telas, não pudemos ver a apresentação, mas (Tom) vai mandar a apresentação para que vocês recebam no seu e-mail em alguns segundos.

Obrigado, (Espanha).

Comentários e perguntas?

PERU: Eu acho que você fez a (Espanha) fez um excelente trabalho. Eu gostaria de propor um outro método de chegar aos países que é preciso, são os que não estão representados no (GAC). Normalmente, quando se tem uma embaixada residente no seu país, quando não há, você vai para a missão nas (Nações Unidas). Por que não incluir essa possibilidade? Se há um país, por exemplo, (Namíbia), outro país que está mencionado e que não é parte do (GAC), a (ICANN) poderia garantir uma comunicação ou enviar uma comunicação para a missão daquele país nas (Nações Unidas). Obrigada.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Peru). Agora fala (Argentina).

ARGENTINA: Muito obrigada, (Gema), pelo seu trabalho. Além do comentário da colega do (Peru), além da proposta é muito boa, mas deve ser feito



---

contato com os que não estão no (GAC) ou que estão no (GAC) e não são muito ativos. Então poderíamos reforçar a comunicação do período de comentários para garantir que os governos envolvidos saibam dessa requisição do registro.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado, (Argentina).

ITÁLIA: Muito obrigada. Nós apoiamos a ideia de criar um registro de países que não necessita de solicitações individuais dos países. (Itália) solicita que haja uma aprovação individual de cada vez que seja solicitado registro de segundo nível. A (Itália) rejeita processo de delegação de nomes de países de qualquer forma, e o silêncio não deve ser considerado como consentimento.

CHAIR SCHNEIDER: Há 2 questões, 1 é em relação aos nomes de países. O código de país é algo que nós vamos ter que discutir, nós não temos aqui um espaço para isso, mas o (feedback) [00:56:07.18] da carta que eu mandei em nome do (GAC) eu acho que vai demandar uma sessão sobre isso. É que talvez vamos usar os 10 minutos em relação a isso. Registramos a sua declaração, mas isso não é sobre nome de país.

Obrigado pelo esclarecimento. Agora (China).



---

CHINA: Muito obrigado, presidente. Foi muito interessante o relatório da vice-presidente quanto ao registro dos códigos de 2 caracteres de domínio de segundo nível. O nome de 2 caracteres é muito sensível, e isso deve ser feito de forma muito cautelosa.

Os princípios principais que abrem esse tipo de códigos de 2 caracteres devem ser usados apenas, o registro deve ser feito apenas depois da aprovação pelo governo relevante. Então nós também apoiamos os comentários feitos pelo representante da (Itália). Então a aprovação do governo deve ser uma pré-condição.

Além disso, gostaria de apoiar os comentários anteriores sobre a importância do mecanismos de comunicação. Nós achamos que devemos garantir que todas as solicitações sejam transmitidas ou enviadas ao governo relevante para permitir que aprovem de forma oportuna ou levantem preocupações. Acho que a solicitação não deve ser apenas inferida pelo (GAC) como todo, mas os países ou governos individuais. Essa é uma preocupação.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Agora é a vez dos (Estados Unidos).

ESTADOS UNIDOS: Obrigado. E novamente à (Gema), obrigado por esse apanhado tão bom. Uma situação, acho que os (Estados Unidos) esclareceu em (Los Angeles) que somos 1 dos países do (GAC) que não requer aprovação prévia de uso de código de 2 letras, (US), ou código de país.



---

Nós não temos essa condição para esse tipo de aprovação prévia. (Estados Unidos da América), (US) se utiliza muito hoje e, para esclarecer aqui, eu concordo com a ideia de um repositório para identificar países como (Estados Unidos) que não requerem aprovação prévia, porque eu acho que 1 dos nossos objetivos com assessoria e orientação à comunidade é fornecer clareza, previsibilidade, etc. sobre os solicitadores de novos (gTLDs) que países precisam de aprovação, quais não precisam de aprovação, então devemos ser muito claros e, infelizmente, na troca (GAC)/(GNSO) não dedicamos um pouco de tempo para perguntas dos registros como a carta que foi enviada mês passado com os pontos de vista de membros do (GAC).

Então, é importante que haja consenso aqui no (GAC) sobre essa restrição do uso de código de 2 letras e códigos de país, então é bom termos esse repositório de países que não requerem aprovação. Eu não sei se entendi a partir das opções da (Gema). Seria então a intenção de aqueles que têm restrições de oferecer um cronograma específico ou ponto de contato concreto no governo para uma apelação de registros para uma decisão perante o (GAC)? Porque, por enquanto, é a minha impressão, não sei se essa situação é um pouco indefinida. Preciso de mais clareza se é preciso ser aprovação, é importante saber para quem devemos solicitar alguma coisa, isso independente da língua, do texto incluído no (communique) [01:01:36.16], porque neste momento não estamos compartilhando essa questão dos requisitos. Quanto mais clareza, melhor para todos nós. Obrigado.





---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Sim, clareza é o que mais precisamos. Não temos tempo, outros não têm tempo nem recursos para lidar com confusões, então precisamos de ideias claras, sempre o mais claras possíveis no (communique) [01:02:14.00]. Agora (Espanha). Você pode fazer algum comentário?

ESPAÑA: Sim. Obrigada.

Nós não consideramos essa ideia dos cronogramas e pontos de contão não, mas, sim, claro, poderíamos pensar nisso e seria bem oportuno.

No (communique) [01:02:44.21] de (Cingapura) no passado também mencionamos que os solicitado, então a partir desse (communique) [01:03:02.28], poderíamos indicar à (GNSO) que podem contatar os membros individuais como maneira de procurar as autoridades correspondentes e competentes de cada país para solicitar autorização. Quanto ao cronograma, poderíamos debater qual seria o cronograma adequado para cada país para a emissão de uma autorização ou rejeição de uma autorização.

Quanto aos mecanismos de recursos, acho que isso já foi mencionado aqui, esses mecanismos devem ser utilizados, estabelecidos pelo direito internacional e as decisões dos governos podem ser desafiadas em todos os países sob sua jurisdição e se não houver o acordo com a decisão de um governo, por exemplo. Muito obrigada.



---

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Tenho aqui (Espanha), (Áustria), (Holanda), (Dinamarca), (França) e (EUC).

ESPAÑA: Eu vou ser breve. Eu sei que há papeis que não requerem aprovação e aceitamos os direitos para um acordo de novos (gTLDs) e seria bom termos um registro de país para consultar que precisam de aprovação anterior, isso para o domínio de nomes de segundo nível e também para o período de comentários. Esse período de comentários seria muito útil para todos nós se forem permitidos 2, 3 meses, não sei se é suficiente. Em todo caso, (ICANN) deveria respeitar as decisões de cada país e concordo com a colega dos (Estados Unidos) no sentido de que isso deve ser feito de uma maneira que os registros tenham uma visão clara dos procedimentos, pontos de contato, etc. para poder cumprir com essa disposição. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Espanha). (Áustria).

ÁUSTRIA: Eu concordo inteiramente com o que disse (Estados Unidos), mas há 1 único fator exclusivo para países nomes de domínio sobre se poderiam ser utilizados ou não segundo nível e a constituição de cada país depende disso, não depende do (GAC), da (ICANN) ou de outras forças, mas depende da legislação nacional ou jurisdicional da legislação do direito interno. Então fica bem claro que isso é uma questão reservada, mas que poderíamos ter casos de países que solicitam uma isenção de direito para aceitar um consentimento e com países que não incluam ou



que não requeiram consentimento prévio. Basicamente então isso deveria depender das autoridades correspondentes de cada país. São eles quem devem dar o consentimento. E quando for dado esse consentimento, não deve haver nenhuma demora quanto à delegação de domínio segundo nível. Tivemos o caso da (Áustria), um caso famoso, uma equipe de futebol que se chama (Austria.wien) [01:07:37.14] e nós quisemos delegar esse nome de nível superior e levou muito tempo obtermos um consentimento, a (ICANN) demorou muito tempo e deveríamos então aqui declarar que só é uma questão que tem a ver com a legislação interna de cada país, a constituição e que há a possibilidade que um país peça a isenção de direitos de dar um consentimento. Obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, (Áustria), por esse caso tão interessante. Temos pouco tempo, peço, por favor, que não repitam opiniões que já foram manifestadas por outros, porque estamos tentando aqui ter um sentido do que todos nós aqui opinamos. Tenho aqui uma lista de diferentes países, começamos pela (Holanda).

HOLANDA:

Obrigado e também obrigado, (Gema), o trabalho foi muito bem preparado, bem abrangente, foi um bom apanhado de todas essas questões complexas.

Só 3 pontos. Primeiro, concordo com (Estados Unidos) sobre a não necessidade de estender o que é uma prática corriqueira de utilizar nomes de países, mas além dos 200 atuais (ccTLDs). Isso é muito



---

importante. Então também peço que tenhamos algum tipo de repositório para os países que não têm problema de procedimento de aprovação.

Outro ponto que eu quero levantar é que independente dos procedimentos que nós aqui aconselhamos, deveríamos estar cientes de que as regras de governança e também a maneira em que são aplicadas quanto ao interesse de 1 nome, quando não houver resposta de 1 país, não seria justo da nossa parte restringir esse nome. Isso deveria manter-se reservado e é uma prática comum de governo que quando alguém solicita algo, um nome, etc. e não há uma resposta, é injusto então não outorgar isso. Isso vai para o interesse legítimo daquele que requer.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado.

DINAMARCA: Compartilhamos as ideias dos (Estados Unidos) e da (Holanda) e, da nossa parte, não temos nenhuma legislação que nos empoeire ou nos dê atribuições para determinar o que pode ser utilizado em termos de (ccTLDs). Eu sei que há outros países que poderiam ter algum problema a respeito, mas é importante que as regras de procedimentos para os registros sejam claras e gostaria de ver que isso fosse debatido e fosse também transformado. Sei que é para aqueles países, por exemplo, que tiverem problemas, deveria haver uma lista com contratos e procedimentos o que está acontecendo nesses países, e nem todos os países são membros do (GAC), mas poderíamos chegar até esses países,



---

contata-los para dar uma oportunidade a eles de uma transparência total para registrar o que eles desejariam registrar.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Eu tomei nota dessas opções, depois voltaremos para isso. Agora é a (França).

FRANÇA: Vou falar em francês.

Acho que o (GAC) tem uma opinião unanime e cada membro deve decidir, e quero apoiar todas essas opções, quero sugerir que o (GAC) deveria resumir isso talvez em 4 opções, nenhuma aprovação necessária antes de uma delegação, depois um período de comentários com o procedimento (SAP), que já foi utilizado com 2 possibilidades, ou há aprovação quando houver silencio ou não há aprovação, e também um contato, uma pessoa de contato. Então eu sugiro que os países expressem sua posição sobre essas posições que nós poderíamos formar e depois utilizar do (site) do (GAC) para esclarecer essas opiniões ou posições não apenas para uso de nomes de países de segundo nível, mas também para códigos de países de 2 caracteres.

Eu espero que o (GAC) possa utilizar as ferramentas que estão à mão para podermos resolver essa situação que já está sendo muito, muito longa, então agradeço também por todas essas propostas que são tão interessantes. Obrigada.



---

UNIÃO DA COMISSÃO AFRICANA: Quero agradecer à (Espanha) pela apresentação, concordo com as posições feitas antes, a importância de mecanismos de comunicação, isso é muito importante para a região da (África). A (União Africana) quer cumprir com essa função de garantir a coordenação da comunicação com países, especialmente aqueles que não são membros do (GAC), para garantir que sempre que houver uma solicitação, eles sabiam exatamente o que devem fazer, o impacto que isso poderia ter quanto ao uso de seus nomes.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Agora é a vez do (Egito).

EGITO: Obrigada. Meus pontos já foram cobertos por meus colegas. Só quero acrescentar que eu não acho que os pontos de vista expressos aqui sejam mutuamente excludentes como a (França) sugeriu. Também coincido com os (Estados Unidos), devemos ser muito claros e devemos ser muito explícitos sobre aqueles que não querem oferecer uma aprovação ou uma lista de contatos e também a diferença daqueles que gostariam de receber comunicações antes de uma delegação. E também aqueles que não são membros aqui, não devemos esquece-los nem podemos falar em nome deles. Se eles não estiverem em algumas dessas listas, não deveriam ser considerados para aprovação, então é bom categorizar isso, como mencionou a representante da (França).

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. (Reino Unido).



---

REINO UNIDO: Obrigado. Bom dia.

Eu coincido com os comentários anteriores, especialmente (Estados Unidos), (Holanda) e (Dinamarca) sobre o valor de dar uma virada nisso, porque aqui o importante é comunicar de maneira clara para o benefício dos registros e para os países que requerem ser contatados para aprovação, então eles deveriam se esforçar em fornecer toda informação importante para operação desse processo e para nos manter atualizados sobre suas decisões.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Reino Unido). Parece que há consenso, então isso dependerá de cada país e nós devemos fornecer um mecanismo claro, fácil de entender quer seja para uma lista positiva ou negativa. (Thomas) aqui coletou diferentes opiniões e opções do que ouvimos sobre os elementos dos diferentes mecanismos, então, (Tom), você tem aqui o microfone, você coletou tudo o que foi dito aqui, entra pode resumir.

TOM DALE: Obrigado, (Thomas).

Para ser claros, essa discussão esteve focada principalmente...

CHAIR SCHNEIDER: Desculpem, a (Tailândia) também pediu a palavra, peço desculpas. Pode falar.



---

TAILANDIA:

Só quero esclarecer uma coisa, no comunicado de (Cingapura) houve uma pequena preocupação sobre registros de marcas e sobre caracteres (ASC) e também o registro (bertrand) [01:17:59.10] e depois de 2 caracteres e depois chegou (Los Angeles) e começamos com esse processo e isso por causa dos serviços e registro, (ISEP), que esclareceram esse fato que deve haver um guia para solicitantes e também com (wiki) ou duplo (ASC), isso está no terceiro nível. Estou falando em código de país, mas estou falando em línguas, em idiomas, e isso é confuso quanto aos duplos caracteres, então como isso pode afetar a maneira que nós lidamos com os domínios de duplo nível e como eles são especificados? Precisamos de uma política sobre domínio sobre como o complexo central deve ser? É uma questão muito complexa, não só uma questão de complexo, mas que nós temos alterado inteiramente a maneira de utilizar duplos caracteres. Qual é o significado dos duplos caracteres? Estive observando (ISEP), pode depender também de uma língua? Talvez, por exemplo, o ponto na (Europa) seja uma coisa e seja diferente na língua latina, etc. Então a definição e o processo não estão claros, é isso que eu quero destacar.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, (Indonésia), por ter destacado isso, sobre essa questão de duplo caractere. Com nomes de países é fácil, mas para códigos de país e duplo caractere, essa já é outra coisa, há diferentes significados e vamos nos lembrar disso.

(Tom) então vai mostrar as opções e vamos discutir uns minutos a questão dos códigos de país. Vai haver um mecanismo ou pedir para





---

(ICANN) que faça isso, porque não há um mecanismo específico para ambas as questões.

TOM DALE:

Vou tentar resumir a discussão em relação aos nomes de país no segundo nível a história é diferente. Houve avanços recentes nos últimos meses quanto nomes de países segundo nível, que seria o tema desse item da agenda, eu acho que a posição parece ser a que foi sugerida na reunião da (ACIG), então primeiro é que o (GAC) acha que uso do nome de país de segundo nível é um tema sensível, independentemente dos requisitos processuais, vários membros são sensíveis quanto ao uso dos nomes dos seus países de segundo nível. Em segundo lugar, embora o (GAC) não tenha grandes preocupações com que os registros procurem a aprovação desses nomes, a aprovação deve ser buscada diretamente com o país que diz respeito a esse nome. Mas como determinar isso, isso é uma questão dos governos individuais, e não do (GAC).

Foram sugeridas várias opções para o processo através do qual o (GAC) pode ajudar a facilitar as coisas entre todas as partes, e isso pode ser um envio para a lista dos membros do (GAC), isso pode ser uma lista de membros do (GAC) com nenhum problema ou pode ser da outra forma ou uma lista de países que demanda um consentimento prévio. Essa lista que o (GAC) pode desenvolver em consulta com a (ICANN) para estabelecer diretrizes claras para as partes interessadas fornecendo esclarecimentos de como essa lista será feita.

Então significa que o secretariado do (GAC) vai trabalhar com vocês e que parece que tem a ver acordo quanto ao uso contínuo de algum



---

período de comentários públicos. Parece haver que esse período de comentário público forneceria uma base para que os países reagissem. Antes de chegar aí, acho que o (GAC) está dizendo que é necessário obter informações claras anteriormente sobre os países que demandam ou não demandam aprovação ou consentimento prévio.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado. Comentários. (Egito).

EGITO: Rapidamente para esclarecimento, estamos falando de 1 lista de 1 dos que demandam e outra que não demandam? Acho que precisamos de 2 listas, porque alguns países ainda não são membros do (GAC), então a gente não pode coloca-los em uma lista sem saber sua posição.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Eu estou pensando como iam funcionar essas listas positivas ou negativas. Se você tem uma lista dos que demandam, significa que os outros não demandam. Então os outros não estariam nessa lista se há uma lista negativa dos que tem consentimento ativo, que eles ao precisam de nenhuma aquisição. Os outros então estariam protegidos até que houvesse um contato. Talvez não seja necessário você estar na lista ou não estar na lista.

Quanto aos que são difíceis de contatar, esses que estão na lista não tem nenhum problemas, mas todos os que não estão na lista precisam ser contatados, essa seria uma opção.



---

EGITO: Exatamente isso, você está na lista, você precisa ser contatado antes da delegação, outorgarão ou não. E você não é membro do (GAC) e a gente não sabe a que lista esses países pertencem. Então isso é considerado como padrão?

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Egito). Então levando em conta sua questão, os que não são membros, se o padrão for que eles não estão na lista do que outorgam o seu nome, então eles devem ser contatados. E os que não são membros do (GAC) estão nessa lista que obrigatoriamente precisam ser contatados, é preto no branco, ou você precisa de consentimento ou não. Entoa não haveria problema. Eu acho bem preto no branco, ou você está de um lado ou de outro. Uns precisam de consentimento... eu não entendo muito.

EGITO: Eu estou dizendo teoricamente, tem uma terceira categoria, mas se ele está na lista de cautela, então nós precisamos de contatos. Nós não demos a clareza que eu acho necessária para os registros.

CHAIR SCHNEIDER: (Austrália) e (França). (Áustria) e (Cingapura). Por favor, sejam breves.

AUSTRÁLIA: Obrigado a todos os que falaram antes. Nós estamos em um caminho muito produtivo. Gostaria de adicionar algo quanto ao debate da lista. Eu concordo que ter uma lista dos que não precisam de aprovação fica muito claro que os outros precisam ser contatados. Embora se diga que



---

não é necessária aprovação, deve ser algum tipo de qualificação, por exemplo, alguns países não têm nenhum problema com seu uso em marcas, e isso é diferente. A gente pode fazer uma categorização que pode reduzir o número de requisições que recebam.

CHAIR SCHNEIDER: Isso é muito bom, isso especificaria qual é a parte que você libera.

ÁUSTRIA: Gostaria de apoiar o que você disse, (Thomas), acho que tem que haver uma situação padrão que só poderia ser de acordo com as requisições. A gente não sabe quais são as constituições nacionais. Então se você diz, se você não está na lista positiva em que pede consentimento e se você pede o prazo, esse nome pode ser usado livremente, e isso abre a porta para muitos casos de processos, então se um país quer liberar o seu nome, entoa esse país tem que declarar isso claramente.

CHAIR SCHNEIDER: Nós temos só 15 minutos para discutir código de país, então vou pedir que vocês sejam muito breves. Os detalhes disso podemos colocar no texto do comunicado. Isso pode ser lidado depois. Eu tenho (França), (Austrália), (Cingapura) e (Espanha). Sejam breves ou não falem muito.

FRANÇA: Muito obrigado, senhor presidente. Acho que é bastante claro, porque temos a impressão, os nomes de países que seriam reservados no segundo nível. Em vez de debater prós e contras, poderíamos fazer uma lista derivada dos acordos do registro para saber claramente se um país



---

está na lista positiva ou negativa, por assim dizer. Sugerir uma terceira coluna de comentários para que os países com alguns (TLDs) com (.MARCA) que teriam seu uso aprovado. Seria mais flexível.

CINGAPURA:

Muito obrigado. Nós concordamos que deve haver só 1 lista e nos parece que os países que não demandam aprovação parecem ser uma minoria, então achamos que deve haver uma lista de positivas. Significa que apenas aqueles países explicitamente não demandam aprovação. É uma tarefa enorme encontrar o governo levante ou contatar esse governo relevante. Acho que na lista deve haver apenas o endereço de contato dos governos que demandam aprovação.

ESPAÑA:

Brevemente, acho importante ter uma lista de países que não demandam uma aprovação, porque isso está alinhado com o direito padrão dos países na especificação 5, que estabelece uma regra geral dos países que tem preocupações. Então há listas que não demandam aprovação, isso é, que se isentam desse direito.

CHAIR SCHNEIDER:

Bem, são 10 e meia, vamos parar aqui, vamos usar alguns minutos para falar de códigos de país. Já tivemos algumas opiniões sobre esse tema. Em (Los Angeles) fizemos a recomendação. Vocês têm o texto e a (ICANN) reagiu e implementou um mecanismo, recebemos o (feedback) [01:34:53.17] de muitos governos que não é essa forma que gostariam que o mecanismo fosse implementado e a carta que eu enviei em nome do (GAC) informando à (ICANN) que os governos tinham preocupações



---

e fazendo sugestões de como esses mecanismos poderiam ser modificados.

Eu sei que são 2 coisas separadas e precisarão de 2 listas em separado aqui, porque as decisões dos países são diferentes em relação aos códigos de país quanto ao nome do país inteiro e nós talvez possamos utilizar o que nós discutimos aqui nessa discussão anterior e ter um mecanismo semelhante e claro.

Então é necessário ter maior clareza, porque parece haver uma confusão em como interpretar a recomendação de (Los Angeles). No (GAC) muitos acharam que não é isso que nós queríamos dizer, então eu queria abrir a discussão sobre código de país apenas. Então vamos usar no máximo 15 minutos para isso.

Como nós temos a reunião com o (ccNSO), então nós temos uma reunião já marcada às 11 horas, então precisamos de fato terminar antes disso.

ITÁLIA:

Muito obrigada, presidente. Reiteramos a nossa posição anterior, então (Itália) solicita que seja pedido um consentimento para o uso do código de país.

INDONÉSIA:

Lembrando a todos que nós já temos (ccTLD) para cada país. Quanto ao domínio de segundo nível, pelo que eu entendi, cada país terá uma regulamentação para isso. Então a (Indonésia) já terá uma regulamentação nacional para domínio de segundo nível, mas se outro



---

país fizer uma queixa a um domínio de punível, os nomes de alguma forma, (Indonésia), há muita gente que usa o nome de uma cidade. Então, por exemplo, um cara que nasceu em (Washington), ele vai chamar (Sr. Washington), é o seu sobrenome. Então o que eu vou dizer para ele se ele quiser (Whashigton.id)? "Não, não dá, porque é a cidade de (Washington) e você não pode". Porque é o nome e uma cidade, então será que eu vou ter que trocar meu sobrenome? Esse tipo de coisa acontece e eu sei que isso ocorre em vários países e isso deve ser levado em consideração.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado por esse comentário. Mais alguma opinião?

HOLANDA: Eu gostaria de reiterar que nós temos o mesmo sentimento quanto aos nomes de países e os códigos de 2 caracteres. Eu preciso de um esclarecimento, os nomes de países são protegidos no contrato com o registro e eu não sei se há uma cláusula semelhante para código de 2 caracteres?

CHAIR SCHNEIDER: Há. Não é a mesma. (Espanha), você pode dar os detalhes sobre isso?

ESPAÑA: Há 1 cláusula quanto a nomes de 2 caracteres ou códigos de países na especificação 5 que lida com nomes que não podem ser registrados que incluem nomes e siglas de organizações governamentais internacionais e também conjunto de nomes cujas palavras que podem ser



---

confundidas com termos da internet. E também tem uma clausula sobre nomes de países e códigos de países. E no caso de código de país, a especificação 5 diz que podem ser habilitadas com consentimento do governo e o gerente do (ccTLD). Mas o operador pode propor que (ICANN) estabeleça um procedimento para liberação desses (ccTLDs) se o operador do registro adotar medidas para evitar confusões com o (ccTLD). É mais ou menos o que diz a especificação número 5.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado por esse esclarecimento. Outros comentários, opiniões sobre código de país segundo nível? (França).

FRANÇA:

Muito obrigado, senhor presidente. Mais uma vez a lista (ccTLDs) ou de nomes de 2 caracteres está já finalizada. Ela é limitada. Eu acho que os governos aqui podem, como foi feito com nomes de países, esclarecer suas posições para os (ccTLDs) correspondentes para os nomes de 2 caracteres que não são utilizados, mas não tenho certeza que alcancemos o consenso do (GAC). Então suponho que deveríamos ficar com o que já está especificado no contrato de registro e se isso poderia resolver a questão dos códigos de duplo caractere que poderiam se referir às diferentes línguas. Acho que agora não vamos alcançar consenso para uma lista completa.

CHAIR SCHNEIDER:

Aqui no fundo a (Índia) pode falar.





---

ÍNDIA: Bom dia, senhor presidente, muito obrigado. Obrigado, (França), por seu comentário. Peço desculpas porque estou entrando nesse debate só agora. Na (Índia) nós colocamos essa questão do uso dos código de duplo caractere que representam nome e país. Isso em segundo nível.

Há alguns nomes que são similares aos códigos de país, por exemplo, em nosso país o código (IN) são bem similares ao nome do nosso país e geram confusão. Sabemos que o (GAC) colocou essa questão perante a (ICANN) e gostaríamos de saber se houve resposta e se nossos colegas de outros países têm problemas similares. E se for assim, quais seriam seus pontos de vista.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Índia). De fato nós recebemos, e vocês já observaram isso, houve uma lista de outros países cujos países começam com a letra i, como a (Itália). Também para o (Líbano), (IL). O problema é que em setembro a presidência anterior redigiu uma carta em que mencionou que nossas preocupações estavam relacionadas com códigos de duplo caractere e não com a combinação caracteres números, etc. Mas isso não deveria impedir que nós aqui colocássemos diferentes preocupações. Mas o problema é que quando nós solicitamos à (ICANN) que fizesse algumas coisas quanto a esses problemas, deveríamos ser cautelosos e trabalhar em linha com o que foi já pronunciado antes.

Eu gostaria agora de apresentar uma nova possibilidade rapidamente e depois precisamos fazer uma pausa para descansar. Então 1 minuto para vocês manifestarem suas preocupações.



---

INDIA: Mais 1 comentário que eu quero fazer. Isso aqui significa que os domínios, por exemplo, (.L), similares a letra l ou que começam com não entrarão aqui, o que significa então que a letra é o que levaram em conta, a letra que foi escrita ou apresentada para esse nome, é isso?

CHAIR SCHNEIDER: Bom, essa é uma questão que o (GAC) deve decidir conjuntamente. Quero lembrar aqui essa questão da assessoria prévia que nós pronunciamos e que nós devemos ser coerentes com essa recomendação. Também quero lembrar que há várias maneiras de manifestar dúvidas e preocupações e cada membro do (GAC) pode escrever cartas para quem considerar correspondente, apresentar também comentários nos períodos de comentários públicos, mas quanto ao que o (GAC) deseja fazer ou implantar, essa é uma outra questão. Precisamos debater o nosso curso de ação e chegar a um consenso. É só isso que eu posso manifestar como resposta.

Então sugiro fazer uma pausa e dedicar os próximos 16 minutos para tomar um cafezinho e conversar.

Ninguém mais solicita a palavra, então fico muito grato pela sua participação e às 11 em ponto vamos recomeçar, porque teremos aqui os colegas da (ccNSO).

[ Break ]



---

CHAIR SCHNEIDER: Sejam bem-vindos de novo depois da pausa para o café. Bem-vindos os colegas da (ccNSO).

Pelo que observamos, há várias questões aqui na agenda importantes, e eu gostaria de dar a palavra a (Byron Holland), para ele cumprimentar.

BYRON HOLLAND: Bom dia aos amigos e colegas do (GAC). Essa é uma semana muito importante na (ICANN) para todos nós considerando todos os debates sobre supervisão das funções da (IANA), sua transição e também o trabalho no marco de interpretação.

Toda comunidade do (CC) está estritamente vinculada com esses 2 assuntos. No trabalho do marco de interpretação, podemos alcançar uma uniformidade e previsibilidade sobre as questões desse marco que nos permitem reagir ao processo de transição da supervisão da (IANA) a avançar com segurança, com confiança. Essas são questões muito críticas e nós temos também mais 2 assuntos na agenda que tem a ver com a revisão operacional e estratégica feita profundamente, queríamos compartilhar nossas conclusões e também a questão de nomes geográficos de países, territórios e como evitar a sobreposição de esforços. Esses são os 4 assuntos centrais.

(Thomas) e eu pensamos e decidimos que dirigir esse debate sobre o marco de interpretação e transição da (IANA) e, dependendo do tempo que isso for requerer, vamos solicitar que outros também dirijam o debate sobre nomes de países e territórios.



---

CHAIR SCHNEIDER:

Alguém quer adicionar alguma coisa para essa agenda ou que não concorda com a proposta para essa próxima sessão? Falem agora e, se não for assim... bom, parece que todos concordam.

Então vamos começar falando sobre o marco de interpretação e o relatório do grupo de trabalho e ver como o (GAC) poderia reagir ou deveria reagir. Vamos dar a palavra aos outros colegas para que eles façam uma pequena apresentação sobre isso.

KEITH DAVIDSON:

Eu sou presidente do grupo de trabalho sobre marco de interpretação e também está aqui comigo a vice-presidente (Becky Burr).

É importante começar dizendo que os trabalhos originais sobre o marco de interpretação tinham a ver com dar uma certa profundidade às políticas incluídas na (RFC 1591) e os princípios do (GAC). Aqui a intenção não era criar novas políticas e o princípio original é que esse seria um esforço de cooperação entre o (GAC), a (ccNSO) e outras unidades constituintes da (ICANN) para termos uma posição conjunta.

Originalmente nós pensamos apresentar um endosso conjunto entre o (GAC) e a (ccNSO) à diretoria e queríamos aproveitar a fortaleza da opinião do (GAC) que faria com que isso fosse vinculante para o (board) [00:13:40.24], e esse acordo foi alcançado. Então parece que nós perdemos um pouco os prazos, mas acho que ainda há possibilidade de acordo e alinhamento com as recomendações do relatório do (FOI). Eu não sei se você já tem uma declaração preparada aqui no (GAC)?



---

CHAIR SCHNEIDER: Sim, temos uma declaração de 25 páginas. Vocês podem fazer o (download) [00:14:08.09] no (site) do (GAC).

Não, é uma piada só.

Nós concordamos aqui no (GAC) e nós debatemos a questão, temos aqui pessoas responsáveis, os colegas da (Noruega), eles vão tomar a palavra para podermos apresentar o estado de situação sobre essa situação dentro do (GAC).

NORUEGA: Obrigado, presidente. Bom dia a todos vocês aqui reunidos.

Acho que o (GAC) teve um debate rápido sobre essa questão sábado passado e queremos agradecer ao grupo de trabalho, também à (ccNSO) pelo trabalho feito. Acho que, para dar um rápido resumo do que foi debatido, eu quero mencionar que falamos sobre as atividades que aparecem nos relatórios provisórios e parciais que tem a ver com toda a informação sobre consentimento e as partes muito interessadas e resumimos as diferentes respostas anteriores do (GAC) sobre esses relatórios provisórios e também falamos sobre teleconferências de 22 de janeiro entre o (GAC) e a (ccNSO) em que essa questão foi debatida também.

Resumindo, os comentários e as respostas recebidas dos diferentes membros do (GAC), acho que ainda há partes desse relatório em que o (GAC) tem problemas para expressar seu apoio e alguns dos motivos tem a ver com o fato de que as regulamentações nacionais que poderiam prevalecer por cima de algumas interpretações a partir das teleconferências, e isso é muito importante, soubemos que a declaração



---

aqui subjacente indica uma referência às declarações iniciais no relatório definitivo. Não há nada nesse trabalho do marco de interpretação que restrinja qualquer norma aplicável para administração do (ccTLD). Eu acho que é necessário aqui que está aqui no (GAC) e os governos têm autoridade quanto à política pública quando aqui se trata de (ccTLDs) nacionais. Uma maneira de avançar talvez seria falar sobre as diferentes partes em q3eu não há acordo, mas talvez outra forma de avançar possível seria considerar uma coexistência das interpretações do marco e também dos princípios do (GAC) e reconhecer seu trabalho e o relatório.

Eu acho que o (GAC) no comunicado dessa reunião deve destacar o fato de que o relatório sobre as interpretações nunca vai limitar as regulamentações aplicáveis em nível nacional. Então eu acho que isso é importante para os membros do (GAC).

Também acho que o (GAC) precisa repetir e destacar os princípios do (GAC) para os (ccTLDs). Esse é um documento normativo muito importante para todos nós.

Esse é um resumo que poderemos compartilhar e poderia pedir aos colegas que expressem seus comentários e opiniões e eu vou parar por aqui. Estamos abertos às perguntas e comentários do (GAC).

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado, (Noruega), por esse (update) [00:19:01.09], essa atualização para saber onde nos encontramos agora e para termos a ideia das possibilidades e de como podemos avançar.



---

Algum comentário de algum outro membro do (GAC) ou dos membros da (ccNSO)? Se estiverem sentados em espaços sem microfone, por favor, informem acerca disso e nós vamos aproximar o microfone.

REINO UNIDO:

Obrigado, senhor presidente. Muito obrigado também aos colegas da (ccNSO) por estarem aqui, obrigado ao (Keith) também por abrir esse primeiro ponto da agenda que tem a ver com o marco de interpretação. Só quero dizer que agradecemos pelas informações recebidas pelo grupo de trabalho sobre o progresso no relatório do (FOI), as diferentes reuniões e realmente estou muito contente por ver essa participação direta do (GAC) com o grupo de trabalho. Tem sido de muita ajuda. Eu também participei de algumas dessas teleconferências e foi muito útil.

O (Reino Unido) agradece pelos objetivos e pelas intenções desse relatório, valorizamos muito esse relatório, não vemos que haja nenhum problema aqui quanto a estar em consonância com os princípios do (GAC) sobre delegação e redelegação. Eu não queria deixar a sensação de que estamos subestimando o trabalho realizado. Foi um trabalho bem eficaz em termos do (GAC), da (ccNSO) com suas autoridades, o grupo de trabalho também, a troca de opiniões, como foi comunicada a informação. Eu não quero que essa reunião do ponto de vista do (Reino Unido) seja um fórum para indicar algum tipo de deterioração para esse entendimento, eu não quero transmitir isso. Essas são questões muito importantes e, sem dúvida, queremos destacar a importância e a primazia dos princípios do (GAC) 2005, que esse é um documento muito importante.



---

O relatório, como diz aqui na introdução, deixou claro que aqui não há nenhum esforço por criar algo novo ou de reorientar ou de subordinar os princípios do (GAC). Essa é uma afirmação muito importante que nós, em nome do (GAC), também gostaríamos de destacar.

E agora, a respeito de outro assunto quando me referia essa teleconferência, reunião virtual que foi muito útil que eu mencionei, isso há umas 2, 3 semanas. O que eu disse na teleconferência é que era valioso considerar a oportunidade de fazer um relato do que disse o relatório sobre as revogações. Houve algumas perguntas de parte dos membros nessa chamada e talvez se tivermos tempo nessa sessão poderíamos ver o que diz o relatório quanto à revogação e qual é o impacto e também limitar a situação hipotética em que o operador de funções da (IANA) no futuro poderia intervir e também agir.

Obviamente isso seria utilizado para casos extremos de inconduta e talvez poderíamos nessa reunião do (GAC) falar sobre esse aspecto no relatório e o que esse relatório tenta esclarecer, seria muito útil.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado. Você quer falar agora ou vamos fazer mais à diante? Poderia dar uma rápida explicação ao (Reino Unido)?

KEITH DAVIDSON: Muito obrigado. Há alguns pontos levantados pela (Noruega) e (Reino Unido) que devem ser enfatizados.

Em primeiro lugar, já informamos no passado e continuamos a verificar que a jurisdição local nacional se aplica em primazia. Não faríamos nada





para usurpar os princípios da legislação local. Quando se lê o documento, pode ser redigido de várias formas esse documento, mas a legislação local se aplica sempre e tem primazia. Nas etapas pelo processo, no processo de pesquisa e análise, há várias políticas que faltam e em discussões anteriores no (GAC) vocês viram que há políticas que faltam, e como esse órgão não pode criar políticas, as respostas do que parece ser um resultado de problemas passados e futuros ou de todos os problemas não são previstos. Então por isso um trabalho que a gente pode pensar em fazer juntos seria um grupo informal do (GAC) e do (GNSO) que poderia destacar onde as lacunas quanto ao processo do desenvolvimento ou elaboração de políticas. Acho que quanto às questões de revogação, o (RFC 1591) específicos do (GAC) tem só uma visão muito limitada de quais são as consequências de uma revogação, especialmente o comportamento inadequado e que tipo de comportamento ocorreria que não foram cobertos nesse documento 1591.

Então, na medida em que evolui a transição da (IANA) e os acordos a nível de serviço para que os nomes sejam discutidos, as questões de delegação e redelegação vão surgir para esse grupo e é provável, portanto, que a participação do (GAC) finalizando a proposta de nomes e o plano de transição da (IANA) terão os mesmos problemas. O relatório em si não é o final dos problemas. Eu acho que há muito trabalho produtivo que podemos realizar conjuntamente.

BECKY BURR:

Gostaria de finalizar o que o (Keith) disse. Foi afirmado claramente, nós acreditamos que as controvérsias sobre a gestão de nomes de domínio



---

das (ccTLDs) devem ser lidadas localmente sob a legislação local. Apenas em casos extremos quando houver problemas de segurança e estabilidade que a discussão da revogação poderia ser feita. Não há nada que possamos fazer em relação à legislação nacional.

Finalmente, concordo totalmente com os princípios do (GAC) e do (FOI), são totalmente reconciliáveis. Nós temos uma afirmação quanto a isso nas clausulas da abertura e há um acordo também entre os governos, operadores, etc.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado por essa contribuição, que ajuda a esclarecer e vai ajudar o (GAC) a avançar.

ESTADOS UNIDOS: Muito obrigada, (Keith) e (Becky) pelo relatório sobre o (FOI).

O trabalho com as novas (gTLDs) desviou um pouco o trabalho do (GAC) disso, mas nós achamos que tentamos fazer uma contribuição quanto aos capítulos que interessam às partes. Concordo com meu colega da (Noruega) que nesse momento temos em mente que o (ccNSO) já adotou o relatório e não queremos atrapalhar o avanço desse relatório. Agradecemos, achamos importante que vocês concordam com a nossa avaliação que temos uma convivência pacífica, entre aspas, entre o (GAC) e o (ccNSO). O nosso texto se mantém, permanece e, sendo muito sincera, nós não revisamos os princípios de 2005 para determinar se queremos atualizá-los ou queremos reescreve-los. Eu acho que a abordagem foi muito inteligente e foi muito útil para estar na nossa interpretação do (RFC1591). É muito bom saber que temos um acordo e



---

temos uma convivência pacífica, porque eu acho que é muito útil. (Keith), acho importante o que você falou, pode ser uma diretriz importante, mas não é o fim da história. Nós temos que continuar a colaborar em termos dessas questões.

CHAIR SCHNEIDER: Agora temos (Niue) e a (Índia).

NIUI: O que eu vejo não é muito claro, parece não haver muito sobre a revogação sem consentimento, e sim com consentimento. E também há uma certa lacuna quanto ao comportamento inadequado, mas parece haver pouca coisa sobre a revogação sem consentimento.

BECKY BURR: Quando dissemos que há 3 fases discutidas, delegação, que demanda, contribuição e consentimento ou acordo das partes interessas que inclui os governos, essa é a parte de delegação. Há um a etapa de transferência, que seria da nossa leitura do (RFC 181) e que, na ausência de uma legislação nacional que estabeleça outros princípios, as transferências serão baseadas no consentimento da parte que transfere e é transferida.

A questão de revogação só aborda as questões que dizem respeito à (IANA). Não fala nada das leis nacionais aplicáveis criando circunstancias de que vai ocorrer uma transferência sem consentimento ou revogação. A (IANA) trabalha com processo de revogação apenas em circunstancias muito limitadas quando as exigências técnicas do (RFC 1591) não são



---

cumpridas, quando a segurança e estabilidade são comprometidas e esse comportamento inadequado ocorre em áreas muito limitadas.

Gostaria de enfatizar novamente as circunstâncias muito limitadas, porque diz respeito apenas ao (RFC 1519) e também é necessário acordar que a legislação local é que determina as relações nos contratos, as leis que se aplicam aos governos, aos gestores apenas e a todas essas coisas. Nenhuma dessas legislações é deslocada, por assim dizer, por causa da interpretação. Então não há muita discussão, como você disse, de fato sobre transferência sem consentimento. Só gostaria de dizer que nós achamos que elas podem ocorrer por iniciativa da (IANA) e a revogação é muito limitada. E é claro que isso está submetido à legislação nacional.

CHAIR SCHNEIDER:

Eu tenho uma longa lista de inscritos. Nós temos a reunião nessa sala das 12 à 1, então eu vou tentar comentar. Acho que é importante comentar as declarações já feitas.

Tenho o (ccNSO), (Índia), (Espanha), (Austrália), é isso que eu tenho até agora.

EBERHARD LISSE:

Eu sou o gestor de (ccTLD), eu sou membro do (CCWG) de prestação de contas. Vocês vão ter que me aguentar, eu tenho 4 coisas para falar, eu sou médico, ninguém entende a minha letra, nem eu.

O (FOI) não fez uma nova política, não foi nossa intenção, não foi o resultado, mas nós interpretamos em um grupo, em um (GT) conjunto



---

as políticas da (ICANN) e como é aplicado na prática. Eu concordo que a lei nacional está submetida na verdade está vinculada ao gestor de (ccTLD). Então a função de gerenciamento da (IANA) não está sujeita a 253 jurisdições diferentes, a legislação da (Namíbia), do (Irã), da (Coreia do Norte), (Americana) ou (Suíça). Nós temos que encontrar uma forma de lidar com isso ou não. Eu não concordo com a política da (IANA) que um governo tem contribuição gerencial automática no gerenciamento da (ccTLD) ou no seu funcionamento para o código correspondente ao país. É óbvio que o gestor da (ccTLD) está sujeito à jurisdição do país, isso não está em questão.

Quanto ao relatório, será que não seria melhor discutir um pouco mais com os membros do (GAC) em uma agenda formal mais um grupo menor para termos tempo de fazer isso para ver se há coisas que não foram entendidas ou mal-entendidas para que possamos resolver isso? Eu tenho um grande problema, por que isso aparece só no final do trabalho desse (GT), trabalho de vários anos? Inclusive o presidente, o (GAC) foi informado em todas as reuniões, foi escrito um relatório e 1 ano depois surgiu que, bom, ele é apresentado, só 1 ano depois. Isso me preocupa muito, porque eu sou do grupo de prestação de contas intercomunitário e os membros do (GAC) trabalham lá e nós temos que contar com a opinião do (GAC). É muito difícil às vezes chegar e dizer, "bom, eu levei essa questão ao (GAC), tivemos essa resposta". Isso tem sido muito difícil.

CHAIR SCHNEIDER:

Obrigado. Agora (Índia).



---

INDIA: Muito obrigado. Gostaria de agradecer aos colegas do (ccNSO) pela contribuição.

Queria dizer um comentário com as novas (gTLDs) e há muita diferenciação ocorrendo. Acho que a importância do (ccTLD) e dos (ccNSO) vai mudar muito. Acho que nós temos um grande trabalho, um trabalho muito importante à frente. A minha preocupação é a ambiguidade em questão à legislação nacional.

O (ccNSO) pensou em fazer um padrão de uma legislação nacional? Porque há um grande número de países que ainda não pensaram nisso e não tomaram a iniciativa. Será que eles podem fazer um padrão para que possam basear suas futuras leis nesse padrão?

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado, (Índia), pela resposta. Agora (Espanha).

ESPAÑA: Quanto à coexistência entre os princípios do (GAC) e os princípios provisórios do (GAC) sobre as (IDNs) (ccTLDs) e o (RFC 1591) e o marco da interpretação, acho que devemos tentar endossar essa coexistência, mas eu duvido que ela seja pacífica. Como minha colega dos (Estados Unidos) destacou, temos muito trabalho pela frente e esse trabalho não será sempre pacífico. Destacamos que a soberania tem que ser respeitada e as decisões nacionais precisam ser respeitadas. Como nós transmitimos ao grupo de trabalho de transição da custódia da (IANA) quanto aos (ccTLDs). O (RAFC) não é novo, essas recomendações, o trabalho de interpretação e os governos são uma parte muito interessada ou uma parte interessada significativa nisso. Nosso



---

comentário é que o (GAC) transmitiu ao (GT) do marco de interpretação o conceito de pé de igualdade com o resto das outras partes interessadas nesse marco de interpretação. Eu não sei se isso foi abordado de forma satisfatória para os membros do (GAC), então esse é 1 dos pontos em que vai haver atrito em termos de pensamento dos membros do (GAC), o (RFC) e o marco de interpretação. Então eu acho que devemos trabalhar juntos para avançar nessa questão.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado, (Espanha). (Nigel Roberts).

NIGEL ROBERTS: (Nigel Roberts), de (Guernsey), 1 das ilhas britânicas. Eu concordo com os colegas, principalmente do (Reino Unido) e (Estados Unidos), mas os gestores de (ccTLDs) precisam levar em conta as diferenças de opiniões dentro do (GAC). Não somos um bloco monolítico que pode vir aqui visitar um período rápido e sair. O maior problema que vejo no momento não é o (GAC) na verdade, é uma relutância do (board) [00:44:58.04] da (ICANN) para levar em conta e vincular-se por outra coisa que eu acho que é uma simples lei. Em outras palavras, deve ser observada a política preexistente. Eu acho que nós não levamos isso em profundidade.

Além disso, eu acho que os colegas do (GAC) devem ajudar o (board) [00:45:35.10] da (ICANN) nesse trabalho de 5 anos.

CHAIR SCHNEIDER: Nós temos 1 última intervenção da (Austrália).



AUSTRÁLIA:

Muito obrigado, presidente e aos colegas que falaram ontem e do grupo do (GT) de marco da interpretação.

Tenho ouvido em algumas partes da comunidade, o que eu acho é o conceito errôneo que o (GAC) não fez comentários sobre isso no passado, que só está esperando o último momento para fazer comentários, dizem várias pessoas da comunidade. "Bom, isso está acontecendo há 5 anos e agora o (GAC) não concorda?". Sim, o (GAC) forneceu comentários em vários capítulos, comentários escritos anteriormente formal e informalmente. Eu gostaria de abordar isso e gostaria de deixar isso registrado.

Quanto aos comentários feitos antes, eu concordo. O que estamos observando aqui é um texto para potencialmente ver que se não houver coexistência pacífica, pelo menos que não haja conflito. Acho, pelo menos é o que eu sinto, e eu posso estar errado, acho que 1 das coisas é ver como traçamos os limites nos diferentes documentos e também as políticas que estão faltando também ou áreas cinzentas. O meu colega, como disse antes, que foi muito útil ao modo de sempre, quanto ao preambulo desse relatório, temos esse comentário tão útil de termos autoridade política para o governo sem limitações quanto à lei. E o operador da (IANA) não está sujeito à legislação de ninguém, nenhum país. Então, por exemplo, se na (Austrália) tivermos uma legislação nacional e se for tomada uma decisão de alterar um operador de (ccTLD), etc., obviamente poderemos fazer as coisas dentro da jurisdição, mas devemos ter uma certa previsibilidade sobre qual operador da (IANA) faria isso. Poderia ser que o (RFC) não tenha





---

nenhuma menção sobre isso, como vocês já destacaram, e que houver algum limitação para os operadores da (IANA) sobre sua própria iniciativa, mas sabendo como o operador da (IANA) poderia reagir com a circunstância em que um governo nacional tivesse uma registrarão nacional, aqui temos uma área cinzenta e deveríamos chegar a algum tipo de questão que deve ser tratada. Do ponto de vista do governo, precisamos de algum tipo de previsibilidade. Seria muito simples dizer que isso não limita a lei pertinente ou que o operador da (IANA), capacidade haja de acordo com isso. Isso demonstra que não houve limitação, e por isso com essa equipe bem aqui sobre isso muitas vezes, há um texto aqui nesse relatório que fala sobre limitar o operador da (IANA) para gerir circunstancias particulares, salvo se isso ficar claro que isso não seja toda situação. E isso levaria a pensar que o operador da (IANA) está... evitaria que o operador da (IANA) trabalhe desenvolvedor nacional.

Então eu acho que deveríamos ter mais clareza sobre essas circunstancias, isso seria muito útil.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado, foi muito útil.

>> Sim, devemos concluir ao meio dia, mas um resumo rápido. Voltamos um pouco à questão de (.NA). Aqui foi levantado um ponto que é bastante importante, é uma série de (RFC) sobre delegações de (ccTLDs) feitos antes do (RFC 1591) e 1994 e os detalhes, se houver, se



---

encontram na legislação da (Califórnia do Sul), no escritório de (Jon Postel).

Eu não sei o que significa aqui a questão da delegação, não está bem definido. Como eu disse no marco, não é necessariamente uma aplicabilidade do marco para também os (ccTLDs), e isso dependerá da legislação local.

Os comentários da (Índia) são muito interessantes, o conceito de uma compilação de legislações locais, é isso, algo que nós poderíamos fazer coletivamente para fornecer uma matriz para escolher diferentes aspectos para quem quiser, foi uma sugestão muito boa e devemos debater isso na (ccNSO).

A (Espanha) levantou a questão sobre as redelegações e que os governos estariam em pé de igualdade com a comunidade local da internet e seria justo dizer, pelo menos eu acho que é inconcebível que haja uma redelegação no mundo de hoje sem o consentimento do governo. E por que somos vagos sobre isso, sobre esse marco? Porque nem todos os (ccTLDs) têm um governo e alguns (ccTLDs) têm governos muito complexos, com muita disputa e, como exemplo, temos o da (Antártica). Não sei, não há governos ou há muitos governos aqui, mas são 15, 18, não sei, governos aqui que entraram em disputa. É uma questão muito controversa e haveria problemas entre a (Austrália).

(Becky), você comentou sobre o (GAC) não participar e você nunca ouviu por mim e o (GAC) já participou, acho que é uma vergonha não poder alcançar esse objetivo original em que o (GAC) poderia ter anexado um marco de seus princípios e depois ter fornecido assessoria ao (board) [00:53:15.17] da (ICANN). E eu aprecio os esforços do (GAC),



dos indivíduos aqui por ter chegado depois de muita análise, muita pesquisa, muitas horas de discussão, e acho que é através do processo que vamos chegar a confiar muito mais entre os diferentes grupos. Não acho que nada de tudo isso, as discussões sejam em vão.

E eu considero esse ponto sobre a (IANA) e que é difícil decidir o que tem e está sob égide da lei local ou não. Essa é uma questão que tem a ver com o (PDP) e não há uma política existente a respeito disso, mas o que nós queremos tão bem quanto vocês é que haja um processo previsível com resultados previsíveis.

O marco, pelo menos dentro das possibilidades, fornece mecanismos que permitam uma certa uniformidade, previsibilidade na tomada de decisões.

BECKY BURR:

Não me lembro muito bem o que eu pensava dizer sobre os (gTLDs), mas só queria ter segurança. E quando falamos sobre significado de partes interessadas, devemos ser muito precisos. O termo partes significativamente interessadas deve ser muito preciso e entra no contexto de delegações e isso inclui também as redelegações.

Dentro desse contexto, há uma delegação, inclusive uma segunda delegação ou segunda área e devemos concordar aqui sobre o texto utilizado no (RFC 61) especialmente que eu não imagino a circunstância em que uma delegação pudesse continuar levando em conta a oposição de um governo. Sabemos qual é o governo do qual estamos falando e haveria problemas, mas também deveríamos reconhecer que a legislação nacional tem também uma opinião a respeito e pode falar em



---

nome da comunidade da internet. Não há uma regra única para todos, e isso é porque nós não pretendemos nem desejamos fazer algo que vai contra uma legislação nacional. É importante lembrarmos disso. Não significa que em todos os casos a (IANA) deve ouvir da comunidade de engenharia, da sociedade civil, por exemplo, porque em alguns casos isso poderia estar determinado pelo direito local.

Então só quero ser muito clara com isso e espero muito que haja uma coexistência pacífica e gostaria de evitar qualquer tipo de conflito ou problema.

CHAIR SCHNEIDER:

Muito obrigado. Temos aqui outra solicitação do fundo.

DOMINICA:

Meu nome é (Thomas), diretor de telecomunicações da (Dominica). É uma discussão muito interessante. A (ccNSO) fez um trabalho muito bom, eu já li a (RFC 1591) e fala do que acontece na (Dominica), temos uma situação idêntica a que vocês mencionaram, mas aqui o problema é se as decisões da (ccNSO) e da (ICANN) em geral são recomendações, são orientações, diretrizes ou são autoridades, são obrigatórias e têm (status) de lei, porque me pareceu ouvir que é uma transferência ou uma redelegação e, portanto, as leis nacionais têm precedência e na circunstância extrema em que poderíamos ter uma revogação por questões de estabilidade técnica, etc., acho que seria bom sugerir que a regulamentação, orientação da (ICANN) seja o que vale.

Então, se isso for uma transferência, uma redelegação, também se as leis nacionais ou estaduais poderiam entrar aqui, ter precedência, é um



---

a questão do ovo e a galinha, então se a (ICANN) tem precedência e é vinculante ou obrigatório, está por cima de um estado soberano ou se é o contrário. É uma questão muito interessante, gostaria que vocês aqui discutissem um pouco isso, porque tem uma situação idêntica no meu país. Eu já escrevi muito sobre isso em muitas ocasiões, então a pergunta, o que tem precedência, a legislação nacional ou a decisão da (ICANN). Por favor, peço que respondam. Muito obrigado.

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado por essa pergunta tão concreta. (Austrália) quer responder? Talvez (Peter) rapidamente?

AUSTRALIA: Sim, obrigado. Tenho outra pergunta direta sobre como continuamos a partir daqui para as coligações da (ccNSO).

A pergunta, é útil continuar trabalhando para tentar aprimorar, isso para encontrar um meio termo em que haja uma coexistência pacífica? Deveríamos fazer isso entre as sessões ou a ideia de modificar o preambulo ou relatório ou esse vai ser um passo seguinte do (GAC) para trabalhar e endossar e notar? Tudo isso quanto à coexistência.

Então, deveriam estar focados no relatório tal como está agora ou na resposta do (GAC) ao relatório da maneira como está fixo? Como é isso?

CHAIR SCHNEIDER: Obrigado. Temos que responder então às perguntas dos colegas de (Dominica) e de (Austrália).



BECKY BURR:

Quanto à questão da transferência de redelegação ou revogação, acho que primeiramente não é concebível que uma revogação possa acontecer sem consultar o governo em questão. Temos um direito de apelação nesse processo, por exemplo, então a probabilidade de que um governo um dia diga de repente que seu (ccTLD) foi revogado, isso me parece pouco provável.

E por um motivo, no (FOI), no (RFC 1591) há uma presunção muito forte de que vamos trabalhar juntos para garantir que todos os registrantes continuem a ter conectividade e que a questão de seus nomes seja resolvida e simplesmente fazer com que o (CC) esteja operando e fornecendo uma resolução seria uma violação ao princípio. Então embora o (RFC) não entre em detalhe sobre isso, acho que há produções importantes para esse tipo de revogação instantânea.

Finalmente, sob circunstâncias muito, muito limitadas em que houver uma operação de um (ccTLD) signifique um risco para a segurança da internet e estabilidade da internet também, eu acho pessoalmente que a (IANA) deve ter a capacidade de responder a essa situação, porque o alvo principal é segurança e a estabilidade para (ICANN). Não sei, não vejo que isso possa acontecer em um vácuo sem a contribuição do governo em questão.

DOMINICA:

Para o caso da (Dominica), não estamos falando sobre a revogação, estamos falando redelegação, inclusive sobre transferência, e nesse caso é a lei que prevalece. Mas não estamos falando em revogação.



---

Então quero saber se uma transferência ou redelegação entra na jurisdição nacional.

KEITH DAVIDSON:

A resposta breve é sim, você pode simultaneamente trocar revogação por redelegação. Então a resposta é sim, brevemente.

Quanto ao comentário da (Austrália), brevemente quero mencionar que a recomendação que propriamente venha do grupo (FOI) para o conselho da (ccNSO) na reunião de (Cingapura) vai ser adotar esse marco finalmente e fornece recomendações ao grupo intercomunitário e também ao (CCWG) sobre a (IANA) para informar a eles sobre aqueles pontos que eles devem levar em conta entre esses (GTs) e se estão cumprindo ou não o acordo de nível de serviços para (IANA).

E quanto ao futuro, deveria haver também uma visão sobre o marco, isso seria muito bem recebido e também uma decisão muito boa e uma exploração muito boa entre sessões. Deveríamos trabalhar em outras políticas também e esse é um processo dinâmico. Esperamos uma coexistência pacífica eu acho que todos nós queremos obter com resultados mais previsíveis e mais uniformes. Eu não quero me esquecer disso e nem esquecer nenhuma participação entre as sessões ou nas futuras reuniões da (ICANN).

CHAIR SCHNEIDER:

Mais 1 solicitação, já passamos os 5 minutos do prazo, vou dar uns segundos e depois encerramos a reunião.



---

NIUE: Obrigado. O governo de (Niue) da noite para o dia acordou e encontramos uma situação em que não fomos informados sobre a migração de 250.000 domínios de novos registros. Não fomos informados. Foi isso que aconteceu, o governo não foi informado.

CHAIR SCHNEIDER: Muito obrigado. Mais 30 segundos para responder a isso.

KEITH DAVIDSON: Eu não sei, não conheço a situação, mas acho que não tem nada a ver com delegação e redelegação ou a revogação do domínio (.NIUE).

CHAIR SCHNEIDER: Muito bem, isso foi muito útil, recebemos muitas informações. Espero que isso nos ajude a continuar avançando.

Devemos parar por aqui e talvez você queira dizer alguma coisa antes de continuar, (Byron)?

BYRON HOLLAND: Sim, muito obrigado. Foi um debate muito útil para a (ccNSO), para o (FOI) e para o conselho em geral. Compartilhamos muito mais do que nós acreditamos e tenho a confiança de que vamos encontrar o caminho para continuar avançando, uma via que nos ajude a continuar de maneira construtiva. Acho que na agenda foi extremamente otimista quanto ao que deveríamos alcançar, mas nosso comitê de planejamento estratégico e operacional teve muito trabalho revisando o plano estratégico, orçamento também da (ICANN), tem sido muito útil,





---

usamos para muitos membros da comunidade, inclusive o nosso mais recente relatório que foi publicado e eu os encorajo, se vocês estiverem interessados, em revisarem o relatório para vocês terem a oportunidade de discuti-lo. Muito obrigado.

CHAIR SCHNEIDER:

Muito obrigado.

O (GAC) vai se reunir de novo às 2 da tarde. Chegou a hora do almoço. Obrigado.

